

**Público**

01-09-2013

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 51453**Temática:** Política**Dimensão:** 1339**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/16/17

Seguro deixou de acreditar na queda do Governo antes do fim da legislatura

Secretário-geral do PS admite na *rentrée* do partido que novo ano político é para preparar ofensiva eleitoral em 2015 **p16/17**

Rentrée política

Seguro revela programa em 2014

Partido Socialista
Nuno Sã Lourenço

Somados os sinais, a conclusão a tirar é a de que o secretário-geral do PS já não espera que este Governo caia antes do fim da legislatura. António José Seguro arrancou ontem para o novo ano político, no discurso de encerramento da Universidade de Verão do seu partido, em Évora, assumindo o compromisso de combater as intenções do actual executivo em avançar com mais cortes no Estado. Defendeu o Estado social, acusou o primeiro-ministro de ter uma agenda escondida para "acabar" com ele e prometeu mesmo - numa das vertentes dessa ofensiva, nas medidas a aplicar aos reformados - revogar qualquer corte que viesse a ser aplicado.

Mas no domínio do combate político já não exigiu, como o fazia há semanas em plena crise política, a saída do Governo liderado por Pedro Passos Coelho. Os argumentos para o fazer estavam todos no seu discurso. Falou do novo chumbo pelo Tribunal Constitucional (TC), classificou o Governo como o promotor da destruição da "coesão nacional", por exemplo. Mas depois não concretizou. E fez um anúncio de uma medida própria de quem já não espera um terramoto político. Anunciou para o ano as "bases de um programa de governo" assente na reforma de um Estado sustentável dedicado ao apoio à economia e ao emprego.

Não porque houvesse urgência nesse programa por iminente queda do executivo, mas porque os portugueses mereceriam saber de antemão o que fará o PS quando chegar ao poder. Quis mostrar "transparência" para merecer um "mandato de confiança". E pretende assegurar que, com ele no poder, não haverá "experimentalismos".

O grosso da sua intervenção centrou-se nos cortes de 4,7 mil milhões que o Governo anunciou ir fazer. Desde logo com uma resposta negativa aos novos apelos de consenso da maioria governativa, veiculados nos últimos dias. Ainda que de forma velada, o líder socialista fechou

essa porta ao anunciar a sua "firme oposição a mais cortes nas funções sociais do Estado" e também pela forma como atacou o primeiro-ministro. Referindo-se à intenção de cortar mais de 4,7 mil milhões de euros, Seguro reiterou que essa via só trará mais crise e "miserabilismo". Acusou o executivo de ter como objectivo "acabar com o Estado social" e de "dissimular" esse propósito. Foi até mais longe ao "assumir o compromisso" que caso o Governo avançasse com mais cortes sobre os idosos mais carenciados, o PS no Governo iria "acabar com esse corte nas retenções". Ameaçou mesmo o executivo com o TC.

Foi na mesma linha que avançou com mais "quatro propostas concretas" no Parlamento. A diminuição do IVA da restauração, a redução do IMI, a descida do IRC para 12,5% com condições e ainda uma recomendação ao executivo para "não atrasar mais" o apoio aos idosos confrontados com os aumentos de rendas resultantes da aplicação da nova lei. Seguro devolveu depois a Passos Coelho a responsabilidade por um eventual segundo resgate, a que o primeiro-ministro se referira no rescaldo de mais um chumbo constitucional. "Não venha o primeiro-ministro com ameaças de segundo resgate. O segundo resgate de que o primeiro-ministro periodicamente fala nada tem a ver com o Estado social", apançou para acrescentar que é "a incompetência e as políticas erradas do Governo que colocam" o país "sob o risco de um segundo resgate".

Sobre a reacção do primeiro-ministro ao chumbo o socialista aproveitou também para considerar "absolutamente inaceitável" que Passos Coelho recorra às decisões do TC como seu "bode expiatório" e desculpa: "Enquanto Portugal for uma democracia e um Estado de direito, são as leis que se subordinam à Constituição e não a Constituição às leis e à vontade do Governo."

A intervenção do líder socialista arrancou com dois "assuntos da maior importância", como o próprio referiu. Perante a iminência de uma intervenção militar na Síria, Seguro assumiu que o PS se iria opor "a qualquer iniciativa militar sem um mandato legal aprovado no plano multilateral". Apesar de reconhecer que a utilização de armas químicas devia ser "punida de forma clara e legal", definiu a "urgência de uma solução diplomática", invocando a recordação do que "aconteceu há



Secretário-geral do PS admite que novo ano político é para preparar ofensiva eleitoral em 2015

uma década com a intervenção no Iraque, com consequências que perduram até hoje".

Prometeu para mais tarde uma avaliação crítica ao combate aos incêndios. Sendo este o momento de luta contra as chamas e de "expressar solidariedade" pelos bombeiros mortos e populações afectadas pela calamidade, Seguro prometeu a futura análise dos "motivos destas mortes [de bombeiros] e das falhas na prevenção e no combate e meios aplicados".

Portas garante solução ao chumbo do TC

Partido Popular
Margarida Gomes

O presidente do CDS/PP e vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, declarou ontem que o Governo será capaz de encontrar uma solução para o chumbo do Tribunal Constitucional (TC) ao novo regime de mobilidade na função pública e avivou memórias ao afirmar que quem criou esta figura foi o Governo de José Sócrates.

"O Governo deve-se empenhar em demonstrar com clareza, em termos internacionais, porque é importante e em termos nacionais, porque, claro, é fundamental, que nós somos capazes de encontrar uma solução e que essa solução permitirá poupar despesa e ter uma leitura constitucional adequada", defendeu o líder do CDS, zurrindo naqueles que "pensam que uma nova dificuldade não tem saída".

Na sessão de encerramento da convenção autárquica do partido, na Expornor, em Matosinhos, que marcou a *rentrée* política do CDS, Paulo Portas salientou que "na vida, como na política, quando há um problema, o que é preciso fazer é resolver o problema". E partiu para a ironia: "Mas eu garanto-vos que, seja qualquer que seja a solução do Governo para questão da mobilidade especial, o partido que inventou essa figura criticará o Governo em qualquer caso."

Seja como for, o presidente do CDS, que no Governo ascendeu a vice-primeiro-ministro, venceu que "o Governo nunca está dispensado do trabalho de negociação e concertação que, sobretudo em épocas de dificuldades, deve caracterizar uma forma equilibrada e moderada de exercer a função do Governo".

Ainda sobre o chumbo do TC, cuja "fiscalização abstracta preventiva" fora pedida pelo Presidente da

República, depois de aprovado na Assembleia da República pela maioria de direita, Portas disse estar "convencido que se a interpretação do Tribunal Constitucional é que não pode haver uma mobilidade especial que contenha a questão do vínculo, então o Governo tem de procurar uma solução que, podendo não ser a melhor, procurará que seja justa, em que essa mobilidade especial exista preservando a questão do vínculo [laboral]", defendeu Portas.

A primeira parte do seu discurso foi dedicada aos candidatos. Nestas eleições, o PP concorre em 255 concelhos (mais 24 do que nas anteriores eleições), a mais de metade das juntas de freguesia e o objectivo - disse o presidente do partido - é replicar o exemplo de Ponte de Lima, a única autarquia detida pelo partido e que é um exemplo de uma "boa gestão" de acordo com o anuário dos municípios portugueses. "Por que é que não há mais Pontes de Lima?", questionou.

"O primeiro conselho que nós podemos dar com amizade aos nossos concidadãos é muito simples: escolham pessoas de contas certas, não vão atrás de promessas impossíveis, de ilusões irrealizáveis, de dívidas e mais dívidas que oneram o futuro dolorosamente; escolham gente realista, ponderada e que vos garanta que não vai prejudicar com aventu-

Ontem, Seguro afirmou que a prioridade para 2014 não é a queda do Governo, mas preparar o programa, chegar ao poder em 2015, no final da legislatura. Portas desdramatizou o chumbo do TC, enquanto vozes da maioria criticavam os juizes. Semedo culpou o Governo por um segundo resgate. Hoje fala Passos Coelho



Semedo reiterou que um segundo resgate é obra de Passos e Portas



Portas garantiu uma solução ao chumbo do TC

ras o futuro da vossa terra e das vossas famílias." Estava dado o recado.

Portas aludiu depois à "humilhação" de Portugal por ter de pedir um resgate, depender dos credores e viver em protectorado. "Não é a primeira vez na nossa história", lembrou. "O nosso principal dever é

fazer o melhor, dar tudo para recuperar a autonomia de Portugal que é também uma parte significativa da sua liberdade enquanto nação."

O presidente do CDS disse estar "convicto que Portugal conseguirá vencer todos os obstáculos e que os portugueses conseguirão (...)

erguer-se uma vez mais, recuperar a sua liberdade e preservar a sua autonomia". "Portugal vai ser capaz de ultrapassar a situação crítica em que foi colocado em 2011", vaticinou, pedindo um "Estado mais eficaz, para dar resposta a projectos de investimento".

Semedo revela pacote legislativo

Bloco de Esquerda
Nuno Ribeiro
e Rita Brandão Guerra

O Bloco de Esquerda vai apostar num pacote legislativo que contempla o aumento do salário mínimo, o alargamento do subsídio de desemprego e um programa de reabilitação urbana como forma de reafirmar a economia, anunciou ontem o coordenador do BE, João Semedo. "Vamos defender o aumento do salário mínimo nacional que não é actualizado há três anos e é o mais baixo da zona euro, alargar o subsídio de desemprego porque há mais de um milhão de desempregados e mais de metade não tem qualquer assistência", afirmou no encerramento do Fórum Socialismo 2013, no Liceu Camões, em Lisboa.

O cabeça de lista do BE nas eleições autárquicas de 29 de Setembro e candidato à Câmara de Lisboa precisou que é para reanimar a economia que propõe um programa nacional de reabilitação urbana. "Temos mais de meio milhão de casas vazias, com isto podem criar-se 60 mil novos postos de trabalho, o que significaria um crescimento de 4% do PIB", revelou Semedo. As autárquicas foram definidas pelo coordenador do BE como o primeiro confronto eleitoral com o Governo de direita. E a dias de uma decisão do Tribunal Constitucional (TC) sobre a lei de limitação de mandatos do Bloco, que impugnou várias candidaturas, voltou ontem a afirmar a convicção de que os presidentes de câmara em exercício há pelos menos 12 anos não podem ir a votos.

Sobre um eventual segundo resgate na sequência do acórdão do TC que chumbou a lei da requalificação da função pública, hipótese levantada pelo primeiro-ministro, João Semedo afirmou que tal situação será responsabilidade do executivo. "O Governo quer fazer crer, Passos Coelho quer fazer crer, que esse segundo resgate se tornou inevitável por causa da Constituição e do Tribunal Constitucional, o segundo resgate é inevitável pela política de austeridade imposta pela *troika*", afirmou.

Coro contra juizes do Constitucional

Governo

Ontem, em escassas horas, um membro do executivo, o ministro Miguel Poiães Maduro, o líder da bancada parlamentar do PSD, o principal partido da coligação, Luís Montenegro, e o porta-voz "laranja", Marco António Costa, lançaram duros ataques aos juizes do Tribunal Constitucional (TC) que, em acórdão da passada quinta-feira, declararam a inconstitucionalidade da lei da mobilidade dos funcionários públicos. "É dizer que a acção política para uma geração é de um tipo e o espaço de acção política e os direitos para outra geração é de outro tipo, é a segmentação das políticas possíveis e dos direitos possíveis para diferentes gerações", afirmou Poiães Maduro na Universidade do Verão do PSD, em Castelo de Vide.

Depois, foi Luís Montenegro que, em declarações junto à Câmara Municipal de Espinho, considerou: "Os princípios constitucionais devem ser lidos e interpretados à luz da realidade em que nós vivemos, não são formulações abstractas daquilo que é a vida das pessoas." O líder da bancada parlamentar do PSD sublinhou a necessidade de responsabilização de todos os agentes políticos, "incluindo os órgãos de soberania e instituições como o TC".

Finalmente, em declaração à imprensa, Marco António Costa acusou os juizes do Palácio Raton de terem uma "interpretação conservadora" da Constituição que conduz ao "imobilismo". Acentuou o porta-voz do PSD: "A interpretação que é feita de alguns princípios constitucionais leva, na nossa óptica, a uma incapacidade reformista do Estado."

Esta sintonia não levou os responsáveis a acenarem, como fez na sexta-feira o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, com a inevitabilidade de um segundo resgate. "Têm-se de construir soluções que alterem as coisas de modo a evitar ter de fazer [um segundo resgate]", disse Montenegro. "Para evitar que no futuro venhamos a ter necessidade de pedir ajuda externa temos de ter um Estado mais eficiente." **N.R.**